



Cardenismo: um período, várias leituras.

Larissa Jorge Gonçalves Menezes Silva¹

Esse sucinto artigo procura desenvolver uma breve reflexão sobre algumas leituras em torno do governo de Lázaro Cárdenas (1934-1940), importante período da história mexicana. Houveram interpretações sobre o sexênio cardenista tanto de contemporâneos quanto pela vasta produção historiográfica que se debruça sobre esse período. O intento do presente texto não está em defender ou criticar as visões produzidas, mas em apresentar algumas delas como uma tentativa de incentivar o debate sobre as diferentes leituras que um mesmo período histórico pode ter. Dada a impossibilidade de abarcar as diversas linhas interpretativas existentes, optei por centrar-me aqui na discussão sobre o possível caráter populista do regime cardenista.

Segundo Veronica Vazquez Mantecón, no artigo “A polemica em torno da democracia durante o cardenismo” esse período é visto na historiografia a partir de uma contradição: ao mesmo tempo em que é considerado como um período de maior radicalismo político e econômico, no qual finalmente foram cumpridas as promessas da Revolução Mexicana, também é visto como o período em que foi fundado e consolidado o sistema político mexicano autoritário, corporativista e presidencialista. Essa autora defende que a resposta a essa contradição é a compreensão da cultura política do momento, a compreensão da dinâmica da sociedade que – apesar das críticas feitas ao governo – apoiou e aceitou o sistema político que foi instituído, tornando-o possível. Essa cultura política na visão da autora seria dual: nem autoritária, nem democrática, moderna e tradicional ao mesmo tempo.

Um dos marcos do sexênio cardenista foi a dissolução do Partido Nacional Revolucionário e a criação do Partido de la Revolución Mexicana (PRM), em 1938. Nascido como um partido de organização de massas, segundo o próprio Lázaro Cárdenas, a força do partido deveria derivar de quatro setores fundamentais: o operário, aglutinado em torno da CTM, o camponês, reunido através das Ligas de Comunidades Agrárias e depois na Confederación Nacional Campesina (CNC), o setor militar e o popular. A criação do novo partido é indicativa da concepção de Cárdenas de que não se podia governar sem a participação do operariado ou, ao menos, sem a sua aceitação. Para Raúl Trejo Delabre, a estratégia

¹ Mestranda em História pela Universidade Federal do Ceará, bolsista CAPES.

cardenista consistiu em reivindicar a função do Estado como reitor da vida nacional, subordinando a ele todas as forças políticas e todas as forças de produção. Arnaldo Córdova, por sua vez, aponta as acentuadas diferenças entre os dois partidos, onde o PNR era

“un clásico partido de grupos y de individuos que hacia la también clásica política de ciudadanos, dirigida a convencer a los individuos y no a las masas, claro está, con su buena dosis de violencia física. La lucha interna del PNR era también una lucha esencialmente individualista. Desde este punto de vista, el PRM está en las antípodas: no sólo era en formidable instrumento destinado a hacer política de masas y no de individuos, sino que, además, no estaba concebido como partido de individuos, en el que la afiliación personal constituye el acto fundacional del mismo. El PRM nacía como partido de organizaciones de masas, al que estas mismas organizaciones de masas daban vida y de las cuales debía ser, a la vez, un coordinador, un servidor y la expresión de su unidad política en torno al programa de la Revolución” (Córdova, 1979, p. 18)

Ainda de acordo com o mesmo autor, uma das características essenciais que define o Estado mexicano é a política de massas, a qual seria “un resultado histórico de la gran conmoción política, económica y social que constituyó la Revolución Mexicana de 1910-1917” (Córdova, 1979, p. 14). Visão partilhada também por Graciela Bensusán e Kevin Middlebrook, para os quais a entrada do movimento operário na política nacional esteve entre as consequências mais importantes da Revolução Mexicana. Esse é, com efeito, um ponto basilar do governo cardenista, que suscitou um sem número de críticas e interpretações a respeito das relações estabelecidas entre o Estado e as denominadas “massas”.

O governo de Lázaro Cárdenas é classificado como populista, conjuntamente a outros tantos governos esparsos no tempo e no espaço. Esse conceito usado em referência à América Latina, de acordo com Ival de Assis Cripa, “foi utilizado para expressar o fenômeno da emergência das classes populares na vida política dos países deste continente” (Cripa, 2009, p.01). No entanto, o termo carrega consigo problemas teóricos e metodológicos imprescindíveis ao seu uso e engendra problemas interpretativos de alta relevância. Uma das críticas mais veementes ao seu uso diz respeito a elasticidade que o vocábulo adquiriu, sendo aplicado em uma grande multiplicidade de momentos históricos, desconsiderando as conjunturas específicas e as particularidades de cada espaço, resultando na imprecisão de seu significado. Foram

formadas perspectivas que adotavam a postura de agregar os fenômenos e aqueles que procuravam singularizá-los. Ambas continham seus perigos: “o perigo da primeira é a possibilidade de distorcer a informação empírica para força-la a encaixar-se nas suas categorias de sua análise conceitual” (Capelato, 2001, p. 139) enquanto o perigo da segunda perspectiva era de “atomizar os processos históricos, tornando-os fragmentados e contingentes, impedindo a captação de seu sentido e direção mais amplos” (Capelato, 2001, p. 139) Numerosos estudos dentro das ciências sociais e da historiografia se dedicaram a oferecer uma definição do conceito de populismo e a compreender o seu potencial de utilização, elaborando correntes interpretativas que se posicionaram contra ou a favor a aplicação do conceito para realidades tão distintas. Segundo Rafael Pavani da Silva, “antes da atual dispersão de significados, a ideia de um populismo latino-americano ganhou expressão com o sociólogo Gino Germani, que considerou o populismo como uma fase de transição entre as sociedades tradicionais e modernas” (Silva, 2001, p. 04). Essa teoria da modernização explica o conceito como uma etapa do desenvolvimento das sociedades latino-americanas, etapa necessária de passagem para uma sociedade desenvolvida e democrática, onde “a ideologia de classes deveria substituir a ideologia populista quando o desenvolvimento capitalista tivesse se completado na região” (Capelato, 2001, p. 136). Partidário dessa concepção, Arnaldo Córdova, um dos principais estudiosos do cardenismo, postula que o desenvolvimento do capitalismo criou condições para o aparecimento de uma sociedade de massas, porém

“[...] diferentemente da Europa, em que a formação da sociedade de massas vinha acompanhada da liberalização das relações sociais, até culminar com a implantação do sufrágio universal, no caso mexicano, a manutenção dos privilégios das classes proprietárias, pelo regime de Porfírio Díaz, aumentou o descontentamento das classes populares e fez com que as massas irrompessem na cena política pela via Revolucionária” (Cripa, 2009, p.03)

Córdova defende que apesar das camadas populares terem surgido na cena política através da Revolução, elas apresentaram grande debilidade em se organizar e por isso teriam

² Como demonstra Ival de Assis Cripa, no livro **A ideologia da Revolução Mexicana, a formação do novo regima**, Arnaldo Córdova defende a Revolução Mexicana como uma Revolução populista, que teria terminado com o fim do sexênio cardenista. Para ele, a Revolução Mexicana não pode ser considerada uma revolução social, pois “uma verdadeira revolução social começa com a tomada do poder político e se realiza como tal, abolindo o sistema de propriedade pré-existente e instaurando um novo” (Córdova, 1973, p. 32)

sido manipuladas por um Estado autoritário. Assim, “Córdova atribui ao Estado o papel de sujeito histórico, por excelência, em função do atraso da sociedade mexicana; toma as classes populares como débeis e as classes dominantes como dependentes³” (Cripa, 2009, p. 05) No entanto, acreditamos ser necessário romper com o entendimento que pressupõe a irracionalidade e a debilidade das camadas populares que, por certo, se constituíram como sujeitos históricos que exerceram ações políticas, estabeleceram uma dinâmica e um intercâmbio com os detentores do poder público⁴. Além disso, parece-nos fecundo pensar as realidades latino-americana dos anos 30 em termos de uma cultura política⁵ que surge como resposta a determinados problemas, eventualmente semelhantes nos diferentes países. Segundo Maria Helena Rolim Capelato “A crise do liberalismo e da democracia, após a Primeira Guerra Mundial, abriu caminho para as correntes de pensamento antiliberais que defendiam a necessidade da presença de um Estado forte, intervencionista, capaz de promover o progresso dentro da ordem” (Capelato, 2001, p. 127). A incorporação das massas ao âmbito político foi considerada como solução viável a fim de evitar a radicalização das mesmas diante da crise econômica e política dos anos 30. Portanto, a resposta de cada país a conjuntura interna e externa em que se encontravam direcionou a construção de governos com características específicas e outras compartilhadas; estudá-los requer analisar, por exemplo, os antecedentes históricos de cada regime, a dimensão dos conflitos sociais e políticos desenvolvidos em determinada sociedade, as reivindicações anteriores feitas pelos setores populares, etc. (Capelato, 2001, p. 163)

Assim, o estudo do governo de Cárdenas com a finalidade de conceitua-lo como populista ou não também deve partir dos pontos citados. Esse período precisa ser localizado dentro do marco que vai desde a queda da ditadura porfiriana até as tentativas de reconstrução do Estado mexicana após o término dos conflitos armados, ou seja, compreender o sexênio

³ “A Revolução Mexicana, para Córdova então, define-se, não como uma revolução social, mas como uma Revolução Populista. (Córdova, 1973:33). Uma revolução que não buscava eliminar a “dependência” econômica do México em relação as potências imperialistas e sim modernizá-la”. (Cripa, 2009, p.04)

⁴ Segundo Maria Helena Rolim Capelato, “na década de 1980, passaram a ser questionadas as teses que apontavam para a fragilidade e a inconsciências das classes trabalhadoras” (Capelato, 2001, p. 143)

⁵ De acordo com Serge Berstein (2009), a cultura política surge como uma resposta da sociedade a grandes problemas e crises. Destarte, a C.P pode ser considerada uma espécie de reação de um grupo diante de um acontecimento (ou um conjunto de acontecimentos) que movimentam as estruturas e o cotidiano do ambiente social em que vivem. Como exemplo o autor cita o surgimento das culturas políticas republicana e tradicionalista, que seriam uma resposta à crise de 1789 a 1815, assim como o nascimento do socialismo e do liberalismo conservador, que vem em resposta as mudanças desencadeadas pela Revolução Industrial do século XIX.

cardenista passa pelo entendimento da Revolução Mexicana. Segundo Cripa, “Cárdenas, para se eleger e obter apoio popular, durante seu governo, remetia-se aos emblemas e signos da Revolução Mexicana, que eram elementos que tinham forte apelo no imaginário social das massas” (Cripa, 2009, p.06). Rafael Pavani da Silva também propõe a análise do cardenismo dentro das balizas estabelecidas pela Revolução Mexicana, analisa as formas de mobilização pelas quais passaram as memórias do período revolucionário dentro dos discursos de Lázaro Cárdenas, a fim de legitimar seu poder. Afirma que

“As ressignificações produzidas nos sucessivos conflitos enfrentados pelo governo permitem destacar a importância da reconstrução do passado revolucionário como prática essencial da política cardenista e do próprio discurso como imprescindível na constituição da prática política.” (Silva, 2009, p. 135)

Allan Knight, importante historiador da história mexicana, descarta o uso do conceito de populismo, pois acredita que seu uso pode ser mais problemático que útil. Defendendo o genuíno radicalismo da política cardenista, ressalta que esse radicalismo precisa ser analisado de forma comparativa com o período anterior e posterior a ascensão de Lázaro Cárdenas, assim como com os outros governos da época e em relação a conjuntura internacional também. Para esse autor, o governo de Cárdenas foi radical quando comparado aos governos anteriores e quando comparado ao com o que estava acontecendo em outros lugares durante a década de 30. Não é sem razão que os capitalistas acusaram Cárdenas de desenvolver uma política unilateral a favor das classes trabalhadoras e classificaram tantas vezes seu governo como comunista, temendo e condenando o apoio que o Poder Executivo da nação dava às inúmeras greves levadas a cabo durante esse período.

Uma das greves mais emblemáticas do período cardenista ocorreu na Vidreira Monterrey. Essa teve início quando, em 1936, os membros do comitê executivo do Sindicato de Trabajadores de la Vidriera de Monterrey – organização vinculada a CGCOM⁶ – foram

⁶ Confederación General de Obreros y Campesinos de México, formada em 1933, abarcando grupos autônomos e os sindicatos que abandonaram a CROM (Confederación Regional Obrera Mexicana) com Vicente Lombardo Toledano a frente.

demitidos por tornarem-se representantes dos trabalhadores no processo de negociação de um novo contrato de trabalho com os proprietários. A destituição desses operários fez com que o Sindicato se reunisse em assembleia geral, declarando que uma onda de greves emergiria em Monterrey. Uma manifestação com 3.000 operários obteve o apoio do governador do Estado e do chefe da Junta Central de Conciliación y Arbitraje⁷. Enquanto esse organismo preparava sua decisão judicial sobre a legalidade da greve dos operários da Vidriera, uma paralização de 42 sindicatos controlados pelos patrões ia sendo organizada. A declaração da legalidade da greve fez com que os proprietários paralisassem suas atividades em Monterrey durante dois dias e levassem a cabo uma manifestação que mobilizou 60.000 pessoas.

Durante todo o desenvolvimento do conflito, os empresários e capitalistas de Monterrey vociferaram acusações de infiltração comunista no país e de contato dos operários com a URSS, chegando a se reunirem para discutir a criação de uma associação cívica de caráter nacional, com o intuito de combater o comunismo, a anarquia e a desordem que, segundo eles, reinavam pelo país. Lázaro Cárdenas se dirige ao centro do conflito, discursando em uma manifestação que reuniu 18.000 trabalhadores em apoio ao seu governo. Nessa ocasião, Lázaro afirma que queriam fazer crer ao povo mexicano que havia uma tendência comunista disposta a subverter a ordem social garantida pelas instituições do país, quando, na verdade, se desenvolviam apenas lutas das organizações de trabalhadores a fim de obter o aproveitamento das conquistas que o regime do país havia estabelecido. Cárdenas é categórico ao afirmar que não o México não era um país comunista.

Declara também que os movimentos levados a cabo pelas organizações de trabalhadores não possuem outro caráter que não o de uma luta social justa nos termos da lei, que não alarmavam nem ao país nem ao governo, posto que todos sabiam que o objetivo dos trabalhadores se reduzia a conseguir conquistas que fossem compatíveis com a capacidade produtora e financeira das empresas. Por fim, Lázaro afirma:

“Estoy cierto de que los obreros y los campesinos de la República no se están entregando a una labor de agitación política. Sus movimientos

⁷ Estrutura especializada na administração pública para a regulação das relações entre patrões e operários, formada com a presença de representantes operários, empresariais e governamentais

son de carácter social y se desarrollan dentro del marco de la ley, para obtener las ventajas económicas, dentro de las posibilidades de las empresas productoras y al amparo de un gobierno que ha venido pugnando porque se establezca el equilibrio social sobre la base de relaciones justas entre el capital y el trabajo, que es el fundamento único de un buen entendimiento.”

Esse discurso, por si só, deixava explícita, a partir do caso de Monterrey, a postura que Cárdenas tomava em relação aos conflitos operário-empresariais. Ainda por ocasião desses conflitos, Cárdenas discursa para a classe empresarial dando origem a um importante documento conhecido como “Los Catorce Puntos”, também publicado no periódico oficial *El Nacional*. De acordo com Janes Walter, esse documento incluía tanto os postulados manifestados por Cárdenas para todos os envolvidos no embate de Monterrey como era uma síntese da política trabalhista do Estado, marcando as pautas das relações Estado-trabalho-capital para todo o país.

Nele, Lázaro não nega a presença de pequenos grupos comunistas no país, mas afirma a existência dos mesmos em vários países do mundo e defende que a ação desses grupos no México não comprometia a estabilidade das instituições, não deveria assustar nem ao Governo nem aos empresários. Por fim, declarava que os comunistas não causavam mais danos que os fanáticos que assassinavam professores e que se opunham ao cumprimento das leis e do programa revolucionário. Assim como esses elementos eram tolerados, os comunistas também o deviam ser. Dois pontos indicam de sobremaneira a importância do conflito em Monterrey e desse documento construído a partir dele. Lázaro Cárdenas determina que “el gobierno es el árbitro y el regulador de la vida social” e que “los empresarios que se sientan fatigados por la lucha social, pueden entregar sus industrias a los obreros o al Gobierno. Eso será patriótico; el paro no.”

Luís Cabrera, intelectual ativo no cenário político mexicano desde o período das lutas armadas, em seu estudo denominado “Revolución de Entonces e Revolución de Ahora”, distingue “duas revoluções”: uma, iniciada por Francisco Madero, concretizada por Venustiano Carranza e cristalizada pela Constituição de 1917 (a revolución de entonces) e outra, “de ahora”, que visava destruir aquela Constituição e implantar um regime comunista, posto que não respeitava a propriedade privada e procurava tornar o ejido um sistema permanente e não

transitório, como havia sido pensada pelos “verdadeiros revolucionários”. Já Vicente Lombardo Toledano, líder sindical de tendência marxista, num artigo publicado na revista *O trimestre econômico*, em 1934, faz uma análise do Plano Sexenal, importante documento do regime cardenista. Nele, Toledano afirma que esse plano de governo – impreciso e contraditório – possuía tendências fascistas, pois “toda economía dirigida o planificada, toda economía intervenida por el Estado, que descansa en la propiedad particular, es um régimen fascista.”. Toledano mostra que o Plano Sexenal não é um plano revolucionário, pois

“las asociaciones y los partidos avanzados del mundo enterro estiman que la revolución debe consistir en transformar el régimen de la producción económica, basado en la propiedad privada, en un régimen en el que la propiedad de las fuentes y de los instrumentos de la producción pertenezcan a la colectividad. Suprimir la propiedad privada, socializarla es, en consecuencia, el principio de la revolución social”

Acredito que essas interpretações divergentes acerca do período variam de acordo com a análise das políticas adotadas e são formuladas tanto por conservadores, quanto por liberais e grupos da esquerda. Assim, por exemplo, uma parte dos estudiosos críticos do cardenismo alegam que o governo de Cárdenas é socialista devido a rápida e extensa reforma agrária, a implementação da educação socialista e ao intervencionismo estatal. Segundo eles, essas medidas iam na contramão de alguns princípios da democracia liberal, como a defesa da propriedade privada, do individualismo e da liberdade de pensamento. Para outra corrente crítica do período, de filiação marxista, o cardenismo consistia na continuação de regimes anteriores que levavam a cabo os interesses da burguesia, desenvolvendo o mercado interno em prol do capital. Assim, é uma ampla discussão que se estende e aqui procurei apenas pontuar alguns aspectos desse tema tão caro a história mexicana.

Bibliografia

BARBOSA, Carlos Alberto Sampaio. **A Revolução Mexicana**. São Paulo. Unesp, 2010.

BESUSÁN, Graciele; MIDDLEBROOK, Kevin J. *Sindicatos y política en México: câmbios, continuidades y contradicciones*. México : FLACSO México : UAM-Xochimilco : CLACSO, 2013.

CAPELATO, Maria Helena Rolim. **História Política**. 1996. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2016/1155>>. Acesso em: 15 set. 2015

_____. **Multidões em cena: propaganda política no varguismo e no peronismo**. Disponível em: <http://disciplinas.stoa.usp.br/pluginfile.php/118188/mod_resource/content/1/Capelato - Multidões em Cena.pdf>. Acesso em: 15 set. 2015.

_____. “Propaganda política e controle dos meios de comunicação”, in: PANDOLFI, Dulce.

Repensando o Estado Novo. Rio de Janeiro, Editora FGV, 1999

_____. **O Populismo e sua história: debate e crítica**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2001

CÓRDOVA, Arnaldo. **La política de masas y el futuro de la izquierda en México**. 1979. Disponível em: <<http://cuadernospoliticos.unam.mx/cuadernos/contenido/CP.19/CP19.4.ArnaldoCordova.pdf>>

CRIPA, Ival de Assis. **Populismo e Participação Popular na Política Mexicana durante o governo Cárdenas (1934-1940)**. 2009. Disponível em: <<https://www.rbhcs.com/rbhcs/article/view/30/30>>. Acesso em: 28 jul. 2017.

DELABRE, Raúl Trejo. *História del movimiento obrero en México, 1860-1982*. In: **História del movimiento obrero em América Latina**. México. Siglo XXI, 1984. p. 11-81

FERREIRA, Marieta de Moraes. **A Nova "Velha História": O Retorno da História Política**. 1992. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/viewFile/1937/1076>>. Acesso em: 16 set. 2015.

KNIGHT, Allan. “*Cardenismo: ¿colosso o catramina?*”, in: MACKINNON, Maria Moira. Petrone, Maria Alberto (org). **Populismo y Neopopulismo en America Latina. El problema de la Cenicienta** Buenos Aires. Eudeba, 2011

MANTECÓN, Verónica Vázquez. **Lázaro Cárdenas en la memoria colectiva.**

Disponível em:

<http://148.206.107.15/biblioteca_digital/estadistica.php?id_host=6&tipo=ARTICULO&id=5811&archivo=8-385-58111py.pdf&titulo=Lazaro Cardenas en la memoria colectiva>. Acesso em: 15 set. 2015

_____. **La polémica en torno a la democracia durante el cardenismo.** 1999.

Disponível em: <<http://www.redalyc.org/pdf/267/26701104.pdf>>. Acesso em: 15 set. 2015

MACKINNON, Maria Moira. Petrone, Maria Alberto (org). **Populismo y Neopopulismo en America Latina. El problema de la Cenicienta** Buenos Aires. Eudeba, 2011.

MEDIN, Tzvi. **Ideología y praxis política de Lázaro Cárdenas.** 2ed. México. Editora Siglo Veintuno. 1974

MEYER, Lorenzo. **Las raíces del nacionalismo petrolero en México.** 2ed. Editora Oceano. México. 1972.

SILVA, Rafael Pavani da. **A Revolução Mexicana e as tentativas de legitimação do poder nos discursos presidenciais de Lázaro Cárdenas (1934-1940).** 2009. 143 f. Dissertação (Mestrado em História). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, São Paulo.

STANLEY, Myriam. **EL POPULISMO EN AMÉRICA LATINA.** Disponível em: <http://rehip.unr.edu.ar/bitstream/handle/2133/306/Stanley_Anuario_5.pdf?sequence=1>. Acesso em: 15 set. 2015

TOBLER, Hans Werner. **La Revolución Mexicana. Transformación Social y Cambio político, 1876-1940.** 1994. México. Alianza Editorial.

Fontes

CABRERA, Luís. **La Revolución de entonces (y la de ahora).** 1936. Disponível em: <<http://www.memoriapoliticademexico.org/Textos/6Revolucion/1936-REV-LC.html>>.

Acesso em: 28 jul. 2017.

CÁRDENAS, Lázaro. **Palabras sobre el conflicto obrero-patronal ante una manifestación de 18,000 trabajadores.** 1936. Disponível em:



<<http://www.memoriapoliticademexico.org/Textos/6Revolucion/1936POP.html>>. Acesso em: 28 jul. 2017.

CÁRDENAS, Lázaro. **Declaraciones del presidente Cárdenas a los representantes patronales.** 1936. Disponível em: <http://www.memoriapoliticademexico.org/Textos/6Revolucion/1936_LCDR.html>. Acesso em: 28 jul. 2017.

TOLEDANO, Vicente Lombardo. **El Plan Sexenal de Gobierno.** 1934. Disponível em: <http://aleph.academica.mx/jspui/bitstream/56789/11770/1/DOCT2064729_ARTICULO_3-1.PDF>. Acesso em: 28 jul. 2017